



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA LINDIANE SILVA SOUSA BRITO

**RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA
SECA/PB: O ECA EM DEBATE**

Campina Grande
2012

MARIA LINDIANE SILVA SOUSA BRITO

**RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA
SECA/PB: O ECA EM DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como pré-requisito para obtenção do
título de bacharela Serviço Social.

Orientadora: **Profa. Dra. Adriana Freire
Pereira Férriz**

Campina Grande
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

B862r Brito, Maria Lindiane Silva Sousa.

Relato e análise da experiência de estágio supervisionado no CRAS do município de Lagoa Seca/PB: o ECA em debate./ Maria Lindiane da Silva Sousa Brito. – 2012.

28f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistência Social. 2. Direitos sociais. 3. ECA. I. Título.

21. ed. CDD 361.2

MARIA LINDIANE SILVA SOUSA BRITO

**RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA
SECA/PB: O ECA EM DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como pré-requisito para obtenção do
título de bacharela Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Férriz

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz – DSS/UEPB
Orientadora

Thaísa Simplicio Carneiro

Profa. MA. Thaísa Simplicio Carneiro – DSS/UEPB
Examinadora

Christiano das Neves Viana Amorim

Christiano das Neves Viana Amorim – Supervisor de campo
Examinador

A minha família, mãe, pai, irmãos, esposo e amigos. Que me impulsionaram no decorrer de todo o curso, me incentivando e me encorajado a seguir em frente. São por vocês e para vocês todas as minhas conquistas. Tudo isso não faria sentido sem vocês.

A vocês o meu eterno amor!

AGRADECIMENTOS

Início mencionando O Grande Autor e Responsável por toda a trajetória da minha vida, pois foi Ele que sempre guiou os meus passos e tornou todos os meus sonhos e desejos possíveis. Obrigado Deus por Ser toda a honra e glória derramada em minha vida.

Aos meus maiores tesouros meus pais,

Por partilhar de todo o amor que eu precisei para crescer e semear o que vocês me ensinaram; dignidade, honestidade, princípios e caráter.

Aos meus irmãos Linaldo, Luciene, Luciana, Laildo e Zé Carlos,

Por terem sido exemplos de vida para mim, cada um a sua maneira, mas de forma valiosa para eu me tornar a pessoa que sou hoje.

A minha fonte viva de amor meu esposo,

Obrigado por você existir em minha vida, e fazer dos meus dias, sempre melhores,

As minhas amigas inesquecíveis Dainar, Iraciana, Roseane, Edilene,

Que o Clube da Luluzinha se faça presente até os últimos dias de nossas vidas, um eterno obrigado por compartilhar de todos os momentos de minha vida e fazer com que eles sejam os mais alegres e felizes,

As minhas amigas de fé Cristiane, Dinete, Marilene e Viviane,

Por todo o carinho, consideração e zelo, adoro vocês,

As minhas eternas amigas Quessia, Marinalva, Graça, Vanusa, Lisanea Caroline, Fabiana, Robênia, Aleksandra, Elaine, Ana Cristina, Ana Carla, Socorro Lira, Isabel, Rainisete, Silvana,

Por estarem sempre na torcida da minha felicidade,

Ao príncipe Cristiano, Vanusa, Marleide, Francineide, Luciana, Valmir e toda a equipe do Centro de Referência da Assistência Social do município de Lagoa Seca,

Pelo acolhimento, zelo, carinho, atenção, paciência, admiração e respeito pela minha pessoa, jamais esquecerei vocês,

Aos meus cunhados, sogro e amigos,

Pela consideração, preocupação, carinho e zelo de sempre,

A todos as crianças e jovens do CRAS e do PETI,

Como foi bom poder estar com vocês e fazer com que este trabalho se concretizasse,

Às minhas professoras e professores MS e Dr.(a),

Pelo constante aprendizado e imensa construção de conhecimento,

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para mais essa vitória em minha vida,

O meu imenso respeito, admiração e gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	10
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	12
3	O CRAS E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	17
4	A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB.....	20
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	21
4.2	RELATO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO.....	22
5	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	27
	REFERÊNCIAS	28

RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB: O ECA EM DEBATE

MARIA LINDIANE SILVA SOUSA BRITO

Resumo: O referido trabalho apresenta os resultados da atividade interventiva junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) vivenciada no estágio curricular em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social, situado no município de Lagoa Seca/PB. O objetivo principal foi contribuir para o aprendizado e orientação de um grupo de crianças do PETI acerca dos seus direitos e deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o papel do Estado e da sociedade para a efetivação destes direitos. A escolha do tema surgiu com a necessidade de trabalhar essa temática com crianças e adolescentes para que sejam percebidos enquanto sujeitos de direitos. O tema foi trabalhado por meio de atividades sócio-educativas, com uma abordagem lúdica, e foram executadas de forma simples, prática e eficaz. Para tanto, se faz necessário uma explanação entre a política de assistência social e direitos sociais para evidenciarmos a importância e a contribuição do papel do ECA aqui no Brasil, como também a importância dos profissionais de diversos segmentos, principalmente educacional de abordar esse assunto, sendo de grande relevância, e com certeza fará a diferença na vida das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: Assistência Social, direitos sociais, ECA

Abstract: This paper presents the results of Interventional activity next to the programme for the eradication of child labor (PETI) experienced in curricular internship in Social Service in the Centre of reference of Social Assistance, located in the municipality of Lagoa Seca/PB. The main objective was to contribute to the learning and guidance of a group of children from the PETI about their rights and duties laid down by the Statute of the child and adolescent (ECA), and the role of the State and society for the implementation of these rights. The choice of the theme came up with the need to work this issue with children and adolescents so that they are perceived as subjects of rights. The theme was worked through socio-educational activities, with a playful approach, and were executed in a simple, practical and effective. To this end, it is necessary an explanation between the policy of social assistance and social rights to visible the importance and the contribution of the role of ECA here in Brazil, as well as the importance of professionals from various sectors, mainly educational approach this subject, being of great importance, and certainly will make a difference in the lives of children and adolescents.

Key-Words: Social Assistance, social rights, ECA

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados da atividade interventiva realizada com 15 crianças e adolescentes de faixa etária de 10 a 12 anos, que frequentam o PETI da cidade de Lagoa Seca/PB, acerca dos direitos garantidos no ECA.

A escolha da temática trabalhada – os direitos da criança e do adolescente – foi motivada pela observação e participação nos diversos grupos existentes no CRAS. A partir de então, percebemos que o segmento criança e adolescente não estava contemplada nos grupos oferecidos, apesar da existência de um programa do governo federal (PETI) que funcionava vinculado ao CRAS, a temática dos direitos e de sua efetivação não estava sendo trabalhada.

Como o ECA é o instrumento legal pelo qual crianças e adolescentes podem se defender e se afirmar enquanto cidadãos, principalmente nessa fase de transição de criança para adolescente, o papel que o PETI desenvolve é de extrema relevância para deixar claro que lugar de criança e adolescente, menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, é na escola.

Dessa forma, foi de suma importância discutir o papel do ECA e abordar alguns pontos como o direito à educação, lazer, convivência familiar e sobre o trabalho para que essas crianças e adolescentes se tornem seres críticos e conscientes da realidade. Pois, a criança no futuro saberá exercer sua cidadania reivindicando seus direitos e constituirá seu senso crítico contribuindo, assim, para melhor viver em sociedade. E a sociedade, o Estado e a família têm o dever de fornecer este aparato para contribuir para o processo de formação da criança.

Como ressalta o parágrafo anterior é que este trabalho expõe o relato das atividades que foram desenvolvidas junto ao PETI do Município de Lagoa Seca/PB, acerca dos direitos da criança e do adolescente, de forma a esclarecer enquanto seres em desenvolvimento e sujeitos de direito, uma vez que precisam ter suas necessidades efetivadas e supridas como educação, saúde, lazer, erradicação do trabalho infantil, isto é, que lhes proporcione patamares mínimos de bem estar, tendo a família e o Estado um papel

fundamental na efetivação desses direitos.

Na perspectiva de contribuir e se fazer cumprir um dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos no ECA, referente ao trabalho infantil, temos como carro chefe o PETI que é um programa social instituído pelo governo federal que atende famílias cujas crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos, se encontrem em situação de trabalho. O referido programa está inserido em um processo de promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão social de suas famílias. Sendo o CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) responsáveis pela fiscalização e bom funcionamento do mesmo.

Assim sendo, surgiu a necessidade de trabalhar a temática dos direitos das crianças e adolescentes com os usuários do PETI, no intuito de possibilitar que os mesmos adquiram uma visão crítica acerca dos direitos sociais e, desta forma, possam ter mais condições de enfrentar os desafios referentes ao trabalho e/ou exploração infantil que por ventura faça parte do cotidiano desse segmento social.

O objetivo principal foi contribuir para o aprendizado e orientação de um grupo de crianças do PETI acerca dos seus direitos e deveres estabelecidos pelo ECA, bem como deixar claro o papel do Estado e da sociedade para a efetivação destes direitos.

Para atingir os objetivos desse trabalho foram proporcionadas às crianças do PETI do Município de Lagoa Seca/PB atividades grupais sócio-educativas, através de uma abordagem lúdica.

Este trabalho pretendeu, também, que estas atividades pudessem ecoar nos lares dessas crianças a ponto que os seus pais e/ou responsáveis pudessem se interessar, cada vez mais, pelo ECA e fazer com que o mesmo se efetive na sociedade.

2 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para o termo política, vale salientar que existem vários conceitos utilizados para explicá-lo, contudo, refere-se à esfera social, pública e cidadã. Conforme Pereira (2009, p. 171) política social é

A política de ação que visa, mediante esforço organizado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer decisão coletiva regida e amparada por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direito.

A palavra “Política” é de origem grega, na qual estrutura-se da noção de “polis” e tudo a que se refere à cidade estado. Implica no ato de reger e administrar a coisa ou causa pública. Sua implementação ocorreu desde os primórdios, embora de forma tímida e fragilizada, surgiu da necessidade de pequenos grupos de firmar suas normas e regras dentro da comunidade, nas quais havia direitos e deveres a serem cumpridos por lei, e o Estado era tido como o mentor desta regularização e propunha estabelecer mecanismos que permitiam a construção coletiva do bem comum.

As políticas devem ser estabelecidas conforme o conhecimento de cada realidade de uma comunidade/sociedade, e o Estado é o grande responsável para garantir os meios para que os sujeitos possam exercer sua cidadania, participando dos processos de sua comunidade, sejam elas de ordem social, cultural, econômica e política. Assim o Estado tem o papel de prover a proteção social da comunidade.

Desta forma, o papel maior da política social é promover este exercício. Assim, cidadania é entendida por Demo (1995, p. 01) como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”, destacando-se, para o alcance desta aspiração, isto é, para a formação desta competência, o processo emancipatório. Nesse contexto, as políticas sociais têm como objetivo principal promover a emancipação dos sujeito, sendo consciente de seus direitos e deveres dentro da sociedade, bem como da importância de sua efetiva participação nas transformações coletivas e individuais para alcançar suas necessidades e realizações.

Salientamos que as políticas sociais nasceram, aqui no Brasil, tendo como cenário o conflito entre o econômico-político e o social, em que as contradições sociais se agudizaram e fizeram com que os governos buscassem novas estratégias para garantir sua governabilidade e manter a ordem vigente do país.

A principal estratégia dos governos era atuar como um Estado regulador, intervindo diretamente nas questões políticas, econômicas e sociais da

sociedade, assim garantia sua legitimidade. Conforme Campos e Maciel (2001, p. 13) as políticas sociais são

O conjunto de ações públicas, governamentais ou não, destinadas à satisfação de necessidades coletivas. Estas ações públicas integram o elenco de estratégias utilizadas pelo Estado com vistas à reprodução da força de trabalho e a preservação de ordem sócio-econômica e política vigente.

Desta forma, as políticas públicas, em especial as políticas sociais, são estratégias para manter as relações de poder, as quais o Estado representa. Se por um lado existe o econômico que necessita do crescimento acelerado do capital, por outro, existe o social com a classe trabalhadora, o qual o Estado busca manter uma imagem de preocupação com os interesses da mesma, no intuito de garantir o controle social.

Para entendermos melhor a trajetória das políticas de assistência social no Brasil, a seguir será abordados aspectos históricos desde a década de 1920 até a atualidade.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Nesta parte será contextualizando a historicidade da política de assistência social no Brasil obedecendo à ordem cronológica dos fatos, ressaltando a legalização da mesma como política na Constituição Federal (CF) de 1988.

Em 1923 com a criação da Lei Eloy Chaves foi implementado o primeiro sistema previdenciário brasileiro as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs). O mesmo era um sistema contributivo utilizado inicialmente para os trabalhadores das empresas ferroviárias. Nesta mesma época a questão social era tida como caso de polícia. O poder estava centralizado nas mãos dos coronéis (o chamado coronelismo) no qual os direitos políticos eram extremamente limitados. A prática da assistência era vista como filantrópica e assistencialista, e à frente destas práticas estavam a Igreja Católica, as damas e as jovens da alta sociedade. Esses foram os aspectos importantes ocorridos entre as décadas de 1920 e 1930.

Os aspectos a seguir referem-se ao período de 1930 a 1945. Para maior controle estatal, abrangência de um sistema previdenciário e atingir maior contingência de trabalhadores formais, as CAPs foram transformadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs). O projeto de modernização do país estava a todo vapor, subordinando o social. A legislação trabalhista foi ampliada, com fixação do salário mínimo, redução na jornada de trabalho e regulamentação do trabalho infantil e feminino, fatos que ocorreram no governo de Getúlio Vargas para assegurar apoio político dos trabalhadores e, no campo assistencial em 1942 tivemos a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a qual era coordenada pela primeira-dama Darcy Vargas.

Mesmo com o Estado paternalista durante os governos populistas não conseguiram minimizar as pressões sociais devido ao desenvolvimento que ocorriam nas indústrias e modernização da economia, em detrimento do social com falta de melhorias na distribuição de renda.

Em plena ditadura militar o campo econômico no Brasil caminhava a passos largos, ficou conhecido como o “milagre econômico”. O que ocorreu para provocar esse chamado “milagre” foi o imenso capital estrangeiro, realizado através de empréstimos com o exterior, e foi introduzido no Brasil, devido à estabilidade política e econômica propiciada pelos militares. Esses recursos foram usados no segmento industrial, injetados nas empresas privadas, nas estatais e multinacionais visando uma acelerada expansão interna e externa.

Assim o Brasil entrou no processo de industrialização de forma concreta, porém, foi um processo com pouco planejamento social e que agravou mais ainda as desigualdades. Não obstante esses investimentos tiveram custos altíssimos, estes empréstimos teriam que ser pagos no futuro, o que gerou, na época, uma grande dívida externa muito acima que a economia brasileira podia suportar. Evidencia-se, neste momento, uma crise no período militar: inflação alta, recessão, criação de novos partidos de esquerda, fortalecimento dos sindicatos, vários protestos dos vários segmentos, entre outros.

Com a efervescência das múltiplas questões políticas e sociais que estavam ocorrendo no Brasil na década de 1980 fim da ditadura, início da democracia, o povo em busca de um recomeço de uma vida digna e mais justa, saía às ruas para declarar sua vontade de mudanças. Paralelamente, essa luta

foi abraçada por grupos e movimentos sociais, nos quais participaram intelectuais, sindicatos, profissionais liberais, políticos, setores públicos e privados dentre outros que se organizavam buscando melhorias no âmbito da assistência, e desta forma foram elaborando propostas para uma lei que pudesse atender e suprir as demandas das classes menos favorecidas. Em tal contexto Raichelis (1998, p. 70) explana que

O Brasil foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil, que, na luta pela democratização, colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas a rede de instituições autoritárias que atravessava a sociedade e caracterizava as relações entre os grupos e as classes sociais. Aquela década foi a arena de amplo movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública: os movimentos sociais organizaram-se em diferentes setores, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade, as aspirações por uma sociedade justa e igualitária expressaram-se na luta por direitos, que acabaram se consubstanciando na Constituição de 1988.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, através dos preceitos da seguridade social, continuava-se assim, uma luta constante para tornar a assistência social em uma política pública, na qual o cidadão tinha que ter seus direitos garantidos e efetivados, sendo dever do Estado garantir e fazer cumprir estes direitos.

Conforme a CF de 1988 “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2010, p. 01).

Apesar do avanço apregoado pela Carta Magna de 1988, algumas prerrogativas das políticas sociais no Brasil não “saíram do papel”, muitas são formuladas, porém pouco concretizadas, pois os interesses econômicos, e não os sociais, estão em evidência para ditar as regras e normas nas decisões do Estado.

O que não é diferente no caso da Assistência Social que durante décadas sempre foi tida como medida paliativa e assistencialista e funcionava no país, como “tapar o sol com a peneira”, agir na imediatividade, e assim

neste período não se caracterizou como uma política na área de intervenção do Estado.

Veremos a seguir que com a CF de 1988 o Brasil começou a respirar outros ares e a assistência social foi ganhando notoriedade como uma política pública e deixando de ser uma benesse para ser um direito para o cidadão.

Com a CF de 1988 (cap. II, art. 194 a 204) este quadro foi renovado com a LOAS em 1993 na contingência da Seguridade Social e da Proteção Social pública. A Assistência Social, que faz parte do tripé da Seguridade Social, passou a ser considerada como dever do Estado e direito do cidadão. Desta forma

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2010, p. 01).

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2010, p. 01).

Segundo Campos e Maciel (1997, p. 145) a Carta Magna estabelece bases jurídicas para a construção de um novo formato de cidadania, agora contemplando o ramo social como direito do cidadão e dever do Estado. Não obstante a grande demora em a assistência ter sido considerada com uma política pública, no Brasil, este período foi marcado por vários acontecimentos que fizeram com que fossem protelados os direitos que a CF garantia para a

assistência. O capitalismo transformou-se, e como o lema é acumulação, o desemprego aumentou e com ele o agravamento no índice da pobreza absoluta. Sobre tal acontecimento Behring (1998, p. 180) nos explana

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e 'mérito' individuais.

Este momento é marcado pela queda do Estado como promotor das políticas sociais, segundo os neoliberais, a crise pela qual o Brasil estava passando fora ocasionada pelos gastos públicos com o social. Com isso o Estado aceita intermediar pelas leis ditadas pelo capital, e uma delas se constituía em transformar os direitos sociais em mercadorias disponíveis para aqueles que tinham condições econômicas de possuí-las.

A política social entra no cenário como paternalismo, como geradora de desequilíbrio, como algo que deve ser acessado via mercado, e não como direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (BEHRING, 1998, p. 186).

Esse modelo de governo, ditado pelo neoliberalismo, perpetuou do final da década de 1980 até meados dos anos 2002. Quando um candidato, da “extrema esquerda”, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da república e tinha como carro-chefe uma proposta de governo: expandir as políticas públicas e sociais. Renovando assim a esperança de mudança da população que se encontrava em extrema vulnerabilidade social. Não que já não existisse, em outros governos, programas e projetos no campo social, mas foi com Lula que os mesmos ganharam notoriedade, e que seu governo ficou conhecido como “o governo preocupado com as causas sociais”.

Lula em suas primeiras medidas de governo implantou o projeto “Fome Zero” que tinha como principal objetivo garantir à alimentação da população menos favorecida. Este foi um dos projetos que marcou seu governo, como tantos outros que ele lançou como medida de ação assistencial para tentar sanar as múltiplas expressões da questão social, e uma delas seria a alta concentração de renda que o Brasil se encontrava.

Dentre esses programas, na busca por um Brasil mais justo e equitativo, Lula unificou o Programa Bolsa Família (PBF) e o mesmo tinha como objetivo combater à fome e a exclusão social, como também viabilizar a emancipação dos sujeitos favorecidos do mesmo. Mas na atualidade, as políticas sociais que são implementadas estão acorrentando os indivíduos, deixando-os escravos de um sistema, no qual tudo tem seu preço e seu valor, ou seja, são políticas sociais paliativas, mediatistas, que não liberta, é um ciclo vicioso do qual quem precisa dele, se alimenta.

Os programas do governo atual, de certo que tem amenizado a pobreza, mas não a resolve, não emancipa os sujeitos. Dentro de um sistema complexo que é o capitalismo, no qual as variantes agravam ainda mais o quadro da pobreza, o governo implanta programas sociais, mas não há ações complementares que aumentem as vagas de empregos, com isso agrava o risco e vulnerabilidade social, dificulta a viabilidade da dignidade humana.

Durante o governo Lula, foi implantado também o Sistema Único de Assistência Social, uma parceria entre o Governo Federal e os municípios. Os programas, projetos, serviços e benefícios são desenvolvidos nos principais pontos de vulnerabilidade, focando sempre na atenção às famílias, e sendo organizados dentro dos sistemas de proteção do SUAS.

3 O CRAS E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CRAS é considerado a porta de entrada do SUAS. O seu público-alvo é composto pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos familiares e comunitários, discriminações por questões de gênero, etnia, deficiência, idade, dentre outras e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com a implantação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) passa a ser de responsabilidade do CRAS a execução deste programa, o qual preconiza a família como base da sociedade, independente dos formatos e dos modelos que assume.

Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e depende do número de

famílias referenciadas ao CRAS. É determinado pela NOB-RH/SUAS que toda a equipe de referencia do CRAS seja composta por funcionários concursados, pois a baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a eficácia e continuidade dos serviços e ações ofertados no CRAS, mas o que podemos observar são as condições irregulares em que estes profissionais estão inseridos, já que estes são contratados.

No que se referem aos recursos financeiros estes obedecem as determinações postas na lei:

O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS (BRASIL, 1993, p. 29).

Dentre os serviços ofertados pelo CRAS/PAIF podemos citar:

- Atendimento ao público;
- Atendimento social;
- Busca ativa das necessidades das famílias cadastradas;
- Formação e acompanhamento de grupo;
- Realização de cursos, campanhas, eventos, oficinas reflexivas e de convivência, palestras;
- Realização de reuniões sócio-educativas;
- Visita domiciliar;
- Visita institucional.

Além disso, o profissional do serviço social atua junto aos programas sociais e de transferência de renda, quais sejam:

- Bolsa Família;
- Benefício de Prestação Continuada;
- ProJovem;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

É sobre este último, que será retratado a seguir e nos próximos capítulos, o que foi observado, pesquisado, realizado, discutido e analisado no

projeto de intervenção, o qual foi o primeiro passo para que este Trabalho de Conclusão de Curso pudesse se concretizar.

Com base no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, encontramos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010, p. 01).

É neste contexto que o ECA expressa a Lei n. 8.069/90 que regulamenta o artigo 227 da CF de 1988, especificamente no Capítulo VII no que tange aos direitos da criança e do adolescente. Os princípios que o ECA está pautado são a compreensão da criança e do adolescente como pessoas em condição de desenvolvimento e sujeitos de direitos fundamentais com absoluta prioridade de proteção pelo Estado, pela família e pela sociedade. Desta forma existem as ações das esferas governamentais e sociais, no que se refere à erradicação de todas as práticas abusivas contra crianças e adolescentes, dentre elas, foi implementado o PETI, no qual objetiva retirar crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos, do trabalho infantil considerando-o como perigoso, degradante e insalubre.

O PETI possibilita também, o acesso à permanência e bom desempenho escolar, incentiva e amplia o universo de conhecimento de crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades esportivas, culturais, artísticas, de lazer e educacionais, em uma jornada ampliada para complementar o ensino regular, além de proporcionar e promover orientações às famílias, ações sócio-educativas e programas de geração de trabalho e renda, ressaltando que todas estas ações são direitos garantidos no ECA e na CF de 1988.

O PETI tem como público alvo, prioritariamente crianças e adolescentes provenientes de famílias com alto índice de vulnerabilidade e exclusão social. Portanto é de extrema importância que o PETI além de buscar acabar com a prática do trabalho infantil, por meio das atividades descritas acima, possa implantar um trabalho preventivo e que possibilite aos sujeitos uma visão crítica sobre a problemática em questão que é o trabalho infantil, bem como amplie a

visão crítica destes sujeitos para negar qualquer forma e/ou tipo de exploração infantil. Contribuindo, assim, para prepará-los para a vida para que os mesmos busquem sua emancipação como sujeitos de direitos..

4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB

Esta parte explanará o que foi realizado no decorrer das atividades realizadas com um grupo de crianças e adolescentes do PETI que funciona vinculado ao CRAS do município de Lagoa Seca/PB, abordando os aspectos da caracterização, dos resultados e a análise das mesmas.

Partindo do pressuposto que as crianças e os adolescentes de hoje são os adultos de amanhã, se faz necessário que os mesmos recebam as devidas orientações e informações acerca dos seus direitos e deveres, dentro da sociedade, que estão estabelecidos pelo ECA e que o Estado, bem como a sociedade, têm o dever de garantir e fazer cumprir estes direitos.

Nesse sentido, discutir o ECA torna-se fundamental e vital para contribuir com a formação cidadã das crianças e dos adolescentes, e por isso mesmo, que os profissionais da área, professores, dentre outros, precisam fazer com que ele esteja presente nas escolas, bem como em todos os âmbitos que as crianças e os adolescentes se façam presentes.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O CRAS do município de Lagoa Seca/PB está localizado na Rua Antonio Borges da Costa, nº 210 no Centro, o mesmo foi fundado em 2008 na gestão do Pref. Edvardo Herculano de Lima, que se encontra em seu segundo mandato, por meio da reivindicação da Secretaria de Assistência Social, que conta com a mesma equipe desde a época da fundação.

Sua estrutura física é composta por seis cômodos, são eles: duas salas para atendimento, utilizadas pelos assistentes sociais e a pedagoga; um ambiente destinado a recepções e atividades desenvolvidas com os grupos de

usuários, como palestras e oficinas; uma brinquedoteca utilizada pelas crianças da cidade; um banheiro e uma copa. Suas instalações são adequadas para as atividades desenvolvidas na instituição, o que facilita a execução do trabalho de toda a equipe.

A equipe do CRAS é composta por uma pedagoga e três assistentes sociais, além de dois auxiliares de serviços gerais e uma técnica, responsável pelas oficinas. O CRAS ainda contava no período da intervenção, com grupo de seis estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, essa inserção de estagiários na equipe também está prevista na NOB-RH/SUAS.

Quanto aos recursos materiais, o CRAS conta com linha telefônica, computador com acesso a internet, impressora, data show e TV. Para a locomoção da equipe o CRAS utiliza o automóvel do PBF, que na maioria do tempo esta à disposição para as visitas que são realizadas. Entres outros recursos, estão materiais didáticos e brinquedos educativos, utilizados na brinquedoteca. Sendo estes suficientes para atender ao bom funcionamento da instituição. Os serviços oferecidos pelo CRAS de Lagoa Seca, acerca do Serviço Social, iniciaram-se em Junho de 2008 e com ele surgiram à ampliação de ações no combate a vulnerabilidade social.

Os objetivos do Serviço Social no CRAS de Lagoa Seca/PB estão pautados numa disposição de estratégias de ações, através de uma prática comprometida e crítica-reflexiva, na tentativa de atuar e intervir na realidade, estimulando a participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, bem como, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. Dessa forma, contribuindo para a “transformação” dos usuários em atores e autores de sua própria história, portanto, o que acarreta na verdadeira legitimação da profissão.

As demandas relacionadas à prática desenvolvida no CRAS de Lagoa Seca/PB concernem na viabilização da aquisição do BPC, do Programa Bolsa Família, dos cursos profissionalizantes, de documentos pessoais, da brinquedoteca, entre outros.

Os instrumentos e técnicas utilizados pelo Serviço Social são: intervenção, busca ativa nos cadastros das famílias, encaminhamentos,

trabalhos educativos, visitas domiciliares, entrevistas, palestras, acompanhamentos de grupos, sendo estes os mais utilizados.

São desenvolvidas no CRAS atividades com grupos de gestantes, idosos, crianças e adolescentes (através dos programas PROJOVEM-Adolescente e PETI) e com o grupo de mulheres, em que ocorrem palestras e oficinas.

O PETI desenvolve atividades para crianças, com funcionamento de segunda a sexta-feira, de meio período, pois em um turno a criança frequenta a escola em que está matriculado.

Os usuários do Serviço Social atendidos no CRAS de Lagoa Seca, em sua maioria, possuem baixa escolaridade e são beneficiados pelo Programa Bolsa Família e pelo BPC e dependem diretamente da agricultura.

Um dos canais de participação dos usuários com a instituição são os grupos, bem como os eventos realizados pela instituição como: festas, palestras, oficinas, reuniões, os quais se constituem em verdadeiros espaços de interação entre o CRAS e a população atendida.

3.2 RELATO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

O trabalho interventivo foi desenvolvido no CRAS de Lagoa Seca/PB, no qual foi elaborado um projeto em parceria com o PETI, que é um programa do governo federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades sócio-educativas.

O público participante do projeto foi composto por 15 crianças e adolescentes com faixa etária entre 10 e 12 anos. Entende-se por criança, àquela que tem de zero aos 12 anos incompletos e a partir dos 12 anos e um dia, já é considerada adolescente.

Conforme o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 2).

A intervenção foi desenvolvida pelo grupo de estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) sob a supervisão dos assistentes sociais do CRAS e sob a orientação da supervisora acadêmica. A escolha da temática trabalhada – os direitos da criança e do adolescente – foi motivada pela observação e participação nos diversos grupos existentes no CRAS. A partir de então, percebemos que o segmento criança e adolescente não estava contemplada nos grupos oferecidos, apesar da existência de um programa do governo federal (PETI) que funcionava vinculado ao CRAS, a temática dos direitos e de sua efetivação não estava sendo trabalhada.

Por este motivo foi elaborada uma proposta interventiva que contemplasse a discussão dos direitos e sua efetivação junto às crianças e adolescentes vinculados ao PETI de Lagoa Seca/PB. Tal proposta foi desenvolvida em 3 momentos (encontros) que serão descritos a seguir.

No primeiro encontro foi realizada uma palestra áudio-visual de forma lúdica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, englobando sua definição, público alvo, direito e deveres, direito à vida, à nacionalidade, e à profissionalização. Além disso, foi desenvolvido um jogo educativo através de perguntas sobre o assunto trabalhado, a fim de identificar o conteúdo aprendido, como também, uma dinâmica de grupo denominada semáforo, com o objetivo de coletar informações sobre a vivência de cada criança e adolescente em comparação com o que está escrito no ECA.

Na realização das perguntas sobre o ECA as crianças e adolescentes ficaram bastante atentas e foram respondendo com tranquilidade e clareza às informações apreendidas. Dentre o conjunto das perguntas, destacamos a que se referia ao papel dos pais na educação dos filhos. As respostas foram unânimes ao entenderem que o mais importante seria os pais estarem acompanhando os passos dos filhos na escola, buscando saber com a direção e os professores, sobre os boletins de notas e o comportamento na instituição. Observou-se que os participantes têm uma percepção assertiva sobre o importante papel dos seus pais na articulação com a escola e na busca pela melhoria na educação/aprendizagem dos seus filhos.

Outro questionamento levantado diz respeito à criação do ECA: tais sujeitos responderam que este foi criado para cuidar e proteger a criança e o

adolescente e fazer com que seus direitos se efetivem. Dentre as perguntas foi solicitado para que as crianças citassem alguns direitos que estão nas prerrogativas do ECA, então as mesmas reponderam que é dever do ECA, do Estado, da sociedade e da família assegurar o direito à educação, ao lazer, à alimentação, ao respeito e de ter toda a atenção dos pais, já que esta é uma fase de grande dependência no desenvolvimento físico, mental e moral.

Dessa forma, a compreensão que as crianças e adolescentes do PETI apresentaram está em consonância com o que determina o ECA a despeito da garantia de um leque de direitos para essa população específica, conforme assegurado no artigo 3º.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 1).

No segundo encontro foram expostos os pontos principais do ECA. A princípio foi feita uma revisão do que havia sido discutido na primeira oficina e depois se iniciou a nova discussão, foram apresentados os direitos à saúde, à proteção e ao desenvolvimento, à convivência familiar e comunitária, frisando sempre que, além dos direitos, eles também possuem deveres.

Após a exposição desses pontos foi realizado um jogo de perguntas e respostas para ajudar na fixação do que foi dito. Os participantes foram divididos em três grupos e um grupo por vez respondia a pergunta da rodada. Ao final o que somou mais acertos ganhou um brinde. Durante o jogo foi possível avaliar o que foi apreendido por eles e o resultado foi bastante satisfatório.

Para o terceiro encontro, foi escolhido um filme, o qual propiciou uma abordagem sobre vários aspectos dos direitos e deveres de uma criança na sociedade: valorização da família, cooperação e trabalho em equipe, saúde, educação, lazer, respeito aos idosos, respeito à natureza, responsabilidade social, enfim, uma concepção de mundo baseado no bem estar individual e coletivo, e em princípios e valores morais. Antes de passar o filme, foi realizado

um *feedback* com os participantes do que foi discutido nestes três dias de oficinas.

As crianças sentaram em forma de círculo, e estiveram à vontade para se expressar. Todas expuseram o que sentiram, aprenderam e ressaltaram o quanto foi proveitoso e importante às informações apreendidas sobre o ECA. Disseram que vão guardar os momentos que tiveram, vão fazer uso dos seus direitos e deveres que estão estabelecidos pelo ECA, bem como vão ser transmissores do mesmo para aqueles que ainda não os tem. Com este *feedback* ficou claro o quanto este trabalho foi importante para estas crianças e adolescentes.

Durante o filme distribuímos balas, pipocas e refrigerante. As crianças estavam em clima de descontração e as estagiárias tiveram seus objetivos contemplados, pois através desta intervenção foi proporcionado para aquelas crianças e adolescentes do PETI, informações e orientações que elas vão lembrar a vida inteira.

Por se tratar apenas de três encontros as crianças foram avaliadas de forma conceitual, através das dinâmicas, teatro e dos jogos tipo pergunta/resposta que os forçavam a raciocinar sobre a utilidade das informações que lhes foram passadas para suas vidas. Além disso, observou-se o envolvimento de cada criança e como suas criatividade podem contribuir para o processo ensino/aprendizagem, como sujeitos multiplicadores que são, acredita-se que estas crianças serão multiplicadoras daquilo que aprenderam sobre o ECA.

Após a realização do projeto de intervenção foi feita a avaliação e constatamos que 100% das crianças e adolescentes, que participaram deste projeto, entenderam a importância do ECA como garantia de se efetivar seus direitos e deveres dentro da sociedade, como também o quanto são elementos importantes para serem transmissores e disseminadores das informações apreendidas.

Desta forma, sugerimos a implementação deste projeto nos diversos âmbitos educacionais para que outras crianças e adolescente possam ter acesso e se munir destas informações, bem como para que os profissionais, da área educacional, possam se interessar pelo tema do ECA buscando trabalhar o tema nas escolas e com as famílias.

Partindo do pressuposto que é de responsabilidade do CRAS a execução do PAIF, o qual preconiza a família como base da sociedade, é nesta última que a criança tem seu primeiro espaço de acolhida, convivência e estimulação para o seu pleno desenvolvimento. Assim a criança deverá ser protegida contra qualquer tipo de preconceito, seja de raça, religião ou posição social, e crescer em um ambiente de compreensão, cuidados, carinho e paz.

Neste contexto o CRAS, através da assistência social, deve fornecer orientação e informações importantes às famílias sobre os direitos da criança, bem como o caminho a percorrer para que estes direitos se efetivem. Tendo por finalidade assegurar as condições mínimas para que às famílias desenvolvam potencialidades, superando a situação de vulnerabilidade social, evitando que seus membros e indivíduos tenham seus direitos violados. É dever do CRAS promover a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos, desta forma garantirá o sucesso de suas ações.

Neste contexto, torna-se fundamental que os profissionais estejam preparados e qualificados para esse trabalho, e o CRAS assuma o papel de gestor, pois sem a gestão esse espaço não cumpre sua função de unidade estratégica e efetivadora da Política Nacional de Assistência Social.

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Embora a política de assistência social tenha sido legalizada, percebe-se que a mesma tem produzido efeitos contraditórios em relação à função a ela atribuída na CF de 1988, fato este que está diretamente ligado às questões estruturais e conjunturais do processo histórico da sociedade brasileira. Logo a política está diretamente relacionada ao movimento histórico e como as relações humanas acontecem.

Como no Brasil o que se perpetuou ao longo das décadas até a contemporaneidade foi um Estado voltado para o capital, toda ótica de política, desenvolvimento e investimento era conduzido para o mesmo, em detrimento do social, o que de fato compromete e agrava as desigualdades entre as classes, bem como agudiza a vulnerabilidade social dos menos favorecidos.

Diante do exposto, percebe-se que a política de assistência social necessita da participação ativa do Estado na formulação estratégica de ações voltadas para a coletividade.

Ressaltamos, ainda, que é de extrema relevância que as ações do PETI estejam pautadas em um trabalho preventivo sobre o trabalho infantil, como também de qualquer forma de abuso e/ou exploração cometida contra crianças e adolescentes. Sendo assim, acreditamos que com esta contribuição, as crianças e os adolescentes estarão sendo preparados para a vida, consubstancialmente para a emancipação plena como cidadãos.

Portanto, este trabalho interventivo não teve a pretensão de esgotar o tema abordado, mas de lançar o interesse para que estudantes e profissionais da área pudessem construí-lo e reconstruí-lo em outros âmbitos, nos quais outras crianças e adolescentes usufruam das orientações e informações acerca dos seus direitos e deveres, enquanto sujeitos sociais, estabelecidos no ECA e saibam que para que os mesmos sejam efetivados será necessária uma parceria entre família, sociedade, comunidade e o poder público.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de Outubro de 1988 alterada pela emenda constitucional de nº 64 em 04 de fevereiro de 2010. Brasília, 2010.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social** – Lei 8.742/93. Brasília, 1993.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90. Brasília, 1990.

CAMPOS, Edval Bernardino; MACIEL, Carlos Alberto Batista. Conselhos Paritários: o enigma da participação e da gestão democrática, in: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 55**. São Paulo: Cortez, 1997.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada-2009/lei-organica-de-assistencia-social-2013-loas-annotada>. Acesso em 18/nov/12.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez 1998.